

PARECER

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03/2021, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021.

AUTORIA: MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE MORADA NOVA.

MATÉRIA: DISPOR SOBRE A REVISÃO ANUAL NOS SUBSÍDIOS DOS CARGOS EM COMISSÃO QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

➤ **RELATÓRIO.**

A propositura acima indicada foi encaminhada pela Mesa Diretora do Poder Legislativo, protocolado nesta Casa no dia 04/02/2021, por intermédio da **Mensagem nº 03/2021, de 04 de fevereiro de 2021**, com esteio no art. 59, inciso I, da Lei Orgânica desta municipalidade.

Vale informar, que na mensagem o autor requereu o trâmite pela via urgente, pelos motivos apresentados, mas que não fora apreciado tal pedido, haja vista o parco tempo para o trâmite da propositura.

O projeto de resolução sob análise, como bem descreve o autor, pretende a revisão anual nos subsídios dos cargos em comissão que indica e dá outras providências, em atendimento ao salário mínimo nacional estabelecido por meio da **Medida Provisória nº 1.021, de 30 de dezembro de 2020**, emitido pela Presidência da república.

Passo a emitir o parecer que ao final deve ser assinado por aqueles que estejam de acordo.

➤ **DO DIREITO.**

Dada a autonomia legislativa municipal delegada pelo art. 1º, art. 29 e inciso I do art. 30 da Constituição da República Federativa do Brasil, compete ao Município a edição de lei local tratando da matéria.

A Constituição Estadual do Ceará assim estabelece:

Art. 28. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

A Lei Orgânica deste Município dispõe em seu Art. 12, inciso I, "ex vi legis":

Art. 12. O Município de Morada Nova, pessoa jurídica de direito público interno, exerce em seu território as competências que, explícita ou implicitamente, não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal e Estadual, com observância dos princípios seguintes:

I – respeito à Constituição Federal e Estadual;

➤ **CONCLUSÃO.**

Observando o texto da proposição conclui-se:

No tocante a admissibilidade, constata-se que a medida é de natureza legislativa e de iniciativa concorrente.

Concernente à matéria, insta esclarecer, inicialmente, **inexistir norma proibitiva quanto à matéria sob estudo, observado o seu cabimento e a possibilidade legal para apreciação** em obediência aos ditames regimentais, porquanto, encontra-se em conformidade com os aspectos constitucionais, econômicos e financeiros de que trata o art. 189, incisos II e seguintes, do Regimento Interno, desta forma, em condições de ser aprovado no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta Comissão analisar, conforme orientação da Procuradoria Jurídica desta Câmara.

Assim, quanto ao sistema municipal financeiro, vislumbra-se que nada impede a aprovação da proposição, visto que o objetivo da mencionada proposta à norma, encontra guarida orçamentária para sua execução, o que de pronto fica demonstrado que sua aprovação não apresenta riscos às finanças municipais.

➤ **VOTO.**

Assim sendo, não havendo óbices, manifestamo-nos favoravelmente à **APROVAÇÃO do Projeto de Resolução nº 03/2021, de 04 de fevereiro de 2021**, devendo seguir para discussão e votação em plenário, obedecendo aos trâmites da Casa e quórum qualificado da maioria absoluta para sua aprovação, conforme determinam os arts. 53 e 101, ambos da LOMMN, e art. 132, inciso II, alínea "c", do RICMMN, tudo em acordo com a Procuradoria Jurídica desta Casa.

COMISSÃO PERMANENTE

FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

(Art. 182, art. 183, inciso II e art. 189, inciso II, do RICMMN)

É o nosso parecer. **S.M.J.**

Este parecer deve ser lido e apensado ao citado projeto de lei para votação.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Morada Nova/CE, em 11 de fevereiro de 2021.

Francisca AuriJane Martins da Cunha
Presidente

José Cleidiomar de Sousa
Membro

Marcos Alberto Viana de Andrade
Membro

